

Artigo publicado no Vol. VII / 1999 da Revista Cadernos de Debate, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 10-18.

Evolução Recente da Cadeia de Frutas Frescas no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA

Pedro Carlos Gama da Silva¹

Resumo

Nas últimas duas décadas, o mercado e a estrutura do consumo mundial de alimentos vem passando por mudanças significativas, onde se sobressai o complexo alimentício de alta qualidade voltado para produção e o abastecimento em rede de alimentos frescos, destinado aos mercados nacional e internacional. A expansão desse novo complexo cria a oportunidade para a inserção produtiva de algumas regiões de países em desenvolvimento e permite que estes espaços rurais se integrem num circuito globalizado de alimentos. Entretanto, ante a especificidade dos produtos e ao imperativo de qualidade dessa cadeia agroalimentar, impõem-se mecanismos institucionais de coordenação e regulação nas esferas da produção, da distribuição e do consumo, com rebatimentos importantes sobre a economia regional e implicações diversas para os agentes sociais que atuam nos vários elos da cadeia produtiva. Neste artigo procura-se verificar as novas formas de coordenação e regulação decorrentes do processo de evolução recente do complexo de suprimento de frutas frescas e suas implicações para as regiões produtoras e exportadoras de frutas dos países em desenvolvimento, tendo como referência a região frutícola do pólo Petrolina-Juazeiro. Para abordar o tema proposto expõe-se, inicialmente, a evolução do mercado internacional de produtos frescos de alta qualidade e suas tendências. Em seguida, discorre-se sobre algumas características recentes das formas de inserção das regiões de produção/exportação de frutas frescas no complexo internacional de suprimento desses produtos. Finalmente, procura-se projetar os impactos dessa evolução sobre o complexo produtivo do pólo Petrolina-Juazeiro no Nordeste do Brasil.

Palavras-chave: cadeia agroalimentar, frutas frescas, pólo Petrolina-Juazeiro.

Recent Evolution of the Fresh Fruits Chain in the Region of Petrolina-PE/Juazeiro-BA

Abstract

In the last two decades, the market and the structure of the world consumption of foods have had significant changes, where the high quality food provision complex plays important role, dedicated to production and supply of fresh foods addressed to national and international markets. The expansion of this new complex creates the opportunity to introduce some regions of developing countries into the business and allows these areas to be integrated in a global food chain. However, due to the specific conditions of the products and the requirement of quality of this food chain, there are impositions of institutional mechanisms of coordination and regulation at the level of areas of production, distribution and consumption, with important feedback for the regional economy and different implications for the social agents who act on the many links of the production chain. The objective of this article was to study the new ways of coordination and regulation resulting from the process of recent evolution of fresh fruit supply complex and its implications for the fruit producer and exporter regions of developing countries, having as reference the fruit growing region of Petrolina-Juazeiro, Northeast Brazil. In order to discourse about this topic, initially, the evolution of high quality fresh food international market and its tendencies are presented. After that, some recent characteristics of the types of inclusion of fresh fruit producer and exporter regions in the international supply complex of these products are presented. Finally, it tries to point out the impacts of this evolution on the productive complex of the region of Petrolina-Juazeiro, Northeast Brazil.

Keywords: food chain, fresh fruits, Petrolina-Juazeiro region.

Introdução

Nas últimas duas décadas, o mercado e a estrutura do consumo mundial de alimentos vem passando por mudanças significativas. Nesse contexto de mudanças, sobressai-se o complexo alimentício de alta qualidade voltado

¹ Engenheiro Agrônomo, M.Sc. em Economia, Pesquisador da Embrapa Semi Árido, Petrolina-PE e doutorando do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: gama@bestway.com.br ou gama@cnptia.embrapa.br

para produção e o abastecimento em rede de alimentos frescos, destinado aos mercados nacional e internacional, onde são exigidos padrões de qualidade mais elevados dos produtos.

A expansão desse novo complexo cria a oportunidade para a inserção produtiva de algumas regiões de países em desenvolvimento e permite que estes espaços rurais se integrem num circuito globalizado de alimentos de alta qualidade. Entretanto, ante a especificidade dos produtos e ao imperativo dessa cadeia agroalimentar, para que os padrões de qualidade sejam assegurados, impõem-se mecanismos institucionais de coordenação e regulação nas esferas da produção, da distribuição e do consumo, com rebatimentos importantes sobre a economia regional e implicações diversas para os agentes sociais que atuam nos vários elos da cadeia produtiva.

Propõe-se verificar as novas formas de coordenação e regulação decorrentes do processo de evolução recente do complexo de suprimento de frutas frescas e suas implicações para as regiões produtoras e exportadoras de frutas dos países em desenvolvimento, tendo como referência a região frutícola do pólo Petrolina-Juazeiro. Para abordar o tema proposto expõe-se, inicialmente, a evolução do mercado internacional de produtos frescos de alta qualidade e suas tendências. Em seguida, discorre-se sobre algumas características recentes das formas de inserção das regiões de produção/exportação de frutas frescas no complexo internacional de suprimento desses produtos. Finalmente, procura-se projetar os impactos dessa evolução sobre o complexo produtivo do pólo Petrolina-Juazeiro no Nordeste do Brasil.

Evolução recente do mercado mundial de alimentos frescos

Nas últimas duas décadas ocorreram mudanças significativas no mercado e na estrutura do consumo mundial de alimentos. Elas decorrem, principalmente, do processo de crescimento da renda e da evolução do estilo de vida da população dos países desenvolvidos, com conseqüências importantes nos padrões de consumo e mudanças no perfil do consumidor, nesses países.

A elevação da renda, a crescente consciência do consumidor com aspectos de saúde, o crescimento da população de faixas etárias mais altas e a sofisticação no gosto do consumidor, além de valores étnicos, são fatores que condicionam a dieta e concorrem, cada vez mais, para valorização de produtos naturais e de qualidade superior.

A evolução desse mercado de alimentos de alta qualidade é determinada por essas mudanças de hábito de consumo da população de alto poder aquisitivo dos países do hemisfério norte, que implica numa crescente demanda por alimentos frescos, entre outros, as frutas. Esses novos padrões de consumo generalizam-se com rapidez, em todo mundo, mudando a maneira de consumir em estratos diferenciados da população dos países em desenvolvimento pois envolve, inicialmente, segmentos relativamente pequenos da sociedade, em particular, frações das classes média e alta para, em seguida, se generalizar para outros segmentos da sociedade.

Tais mudanças promoveram uma verdadeira “desestacionalização” do consumo, de forma que as frutas antes consumidas somente durante a safra, passaram a ser demandadas durante todo o ano. Assim, a demanda voltada para o consumo *winter fruit* potencializou o mercado de frutas de contra-estação (uva, maçã, pêra, entre outras), que passou a ser abastecido por países do hemisfério sul. Por outro lado, o desenvolvimento desses mercados também estimulou a busca pela diversificação dos alimentos frescos, com a ampliação do consumo de produtos exóticos, como as frutas tropicais. Formam-se, assim, mercados alimentícios de alta qualidade, que segundo Bonnano *et al.* (1999), referem-se à produção e ao abastecimento em rede de alimentos frescos, destinados aos mercados nacionais e internacionais, onde são exigidos padrões mais elevados dos produtos, de forma que sua entrada e competição no mercado não se baseiam apenas nos preços, mas também, em critérios de qualidade e controle definidos externamente.

Uma das principais características dessas cadeias internacionalizadas é o grau de uniformidade e homogeneidade dos sistemas produtivos, em contraposição ao grau de flexibilidade na distribuição e nos serviços que se agregam ao produto. Conforme Graziano da Silva (1998), são múltiplas as fontes das mercadorias, múltiplas fontes de origem e destino, mas há um mesmo padrão produtivo relativamente consolidado, indiferenciado e difundido em todo mundo. Entretanto, pode haver um grande leque de diferenciação dos produtos, pelos serviços nele agregados, principalmente, na parte distributiva.

No caso específico das frutas e dos vegetais, estes são padronizados de acordo com o tamanho, cor, forma, e outras variáveis, a fim de que cada tipo de mercadoria, independentemente de sua origem, mantenha a uniformidade desejada (Bonnano, 1999). Mas, a noção de qualidade dos produtos alimentares é mais complexa. Ela abrange vários outros componentes, como segurança higiênica, valor saúde, prazer da mesa e praticidade, que influem e se materializam nas relações entre fornecedores e clientes, desempenhando um papel cada vez mais marcante nas transações comerciais, tornando-se assim, um elemento integrante das estratégias das empresas, tanto para o mercado nacional, como para exportação.

A cadeia internacional de suprimento de frutas frescas envolve mercados fortemente oligopolizados, em torno dos quais se conformam grandes estruturas logísticas, em sua maioria, coordenadas por empresas transnacionais, onde elas próprias, diretamente ou através de mecanismos contratuais variados, passam a dominar não apenas a esfera da distribuição mas, também, a órbita da produção agrícola *strictu sensu*. A configuração desses circuitos globais promove uma descentralização e reestruturação da produção em bases locais. Ou seja, a expansão desse complexo cria a

oportunidade de inserção produtiva de algumas regiões dos países em desenvolvimento e permite que estes espaços rurais se integrem naquele circuito globalizado de alimentos de alta qualidade.²

No caso específico das frutas frescas, o Chile é o país que mais se destaca, mas também algumas regiões da Argentina, do Brasil e de outros países (Austrália, Nova Zelândia, África do Sul) participam desse circuito, e disputam os três principais mercados consumidores dos países do Norte (Estados Unidos, Europa e Japão). Em todas essas regiões o negócio da fruticultura se caracteriza por elevados investimentos realizados em plantações, centrais e plataformas processadoras de frutas, meios de transporte, entre outras, com repercussões importantes sobre a economia regional e implicações diversas para os agentes sociais que atuam nos vários elos da cadeia produtiva.

Ante ao imperativo dessa cadeia agroalimentar mundial e para que os padrões de qualidade sejam assegurados, impõem-se mecanismos institucionais de coordenação e regulação nas esferas da produção, da distribuição e do consumo.

As formas de inserção dos países e regiões produtoras e exportadoras de frutas e os principais mecanismos de coordenação

As formas de inserção de países ou regiões de produção e exportação de frutas frescas nas estruturas internacionais de suprimento de alimentos de alta qualidade, são diversas e variam conforme as condições dos recursos naturais para produção, as orientações e prioridades políticas dadas ao *front* externo, o tamanho do mercado interno, entre outros fatores.

Os países que lograram êxito na inserção do mercado internacional de frutas frescas nas últimas décadas, adotaram basicamente dois modelos: um que se caracteriza pela centralização dos canais de comercialização por meio de organizações estatais ou mistas, como os *marketing-boards* da Nova Zelândia e África do Sul, e outro que se desenvolveu por meio de liderança das grandes companhias internacionais, como é o caso do Chile³ (Faveret Filho *et al.*, 1999).

O Brasil, embora seja o segundo maior produtor de frutas frescas no mundo, é um país marginal no comércio mundial desses alimentos. Todo esforço exportador tem sido feito por um pequeno número de empresas produtoras em pontos isolados do país. Talvez a exceção fique por conta do esforço cooperativo realizado pelas empresas produtoras de frutas do pólo Petrolina–Juazeiro, que vem desenvolvendo por iniciativa própria uma estratégia de exportação, inspirada no “modelo dos *boards*”. Só recentemente, iniciaram-se alguns ensaios de ação organizada do Estado para fruticultura, visando apoiar a exportação de frutas frescas.

Em todos os casos, é a concentração do elo intermediário que permite o ganho de escala, a montagem de sistemas logísticos eficientes, o rebaixamento dos custos de captação e disseminação de informações e, ainda, ampliação do poder de barganha frente às cadeias do varejo. Também, nesses casos, a intervenção estatal está presente, seja organizando ou assumindo o monopólio da comercialização externa, através dos *boards*, ou assumindo um papel subsidiário à atividade, na pesquisa agrícola, na definição de políticas específicas para a fruticultura, na formação dos recursos humanos, na promoção das exportações, na celebração de acordos comerciais com outros países, entre outras.

A expansão da atividade frutícola orientada para o mercado externo nesses países se inscreve numa trajetória de vinculação com o mercado mundial que ocorre, inicialmente, através da integração do segmento de distribuição. Na opinião de Friedland (1994), nos países latino-americanos, este era o único segmento do sistema frutícola verdadeiramente transnacionalizado, embora os demais setores já mostrassem algumas tendências nessa direção, porém em caráter mais regional.

Essa vinculação se deu, no caso do Chile, através das empresas de exportação de frutas. Conforme Gómez (1999), ao longo da cadeia que vai desde a produção de frutas no campo até a apresentação de produto final na prateleira de um supermercado, é a empresa exportadora que se encontra numa posição capaz de impor as condições aos produtores e negociar estas com os elos posteriores da cadeia. Isto porque tais empresas estabelecem redes com recebedores integrados às principais cadeias mundiais de produção e distribuição de frutas e com os recebedores nacionais, quando não são elas mesmas que realizam essas operações.

Na África do Sul, apesar de ter sido abolido o sistema de exclusividade da comercialização externa através da Universal Frustrate Cooperative (Unifruco) a partir de 1997, esta comissionaria ainda detém 85% das exportações de frutas sul-africanas (Faveret Filho *et al.*, 1999). A Nova Zelândia, estabeleceu o sistema de *boards* por produtos, mas mantém o poder de monopólio sobre as exportações como forma de assegurar a qualidade do produto nacional e aumentar o poder de barganha no competitivo mercado internacional. Os dois casos têm uma herança comum de forte

² A expansão do mercado mundial de frutas frescas foi favorecida pela abertura comercial, pelo melhoramento da cadeia de refrigeração e do sistema de transporte, que permitem movimentar enormes volumes de alimentos frescos, a grandes distâncias.

³ Neste último caso pode ser incluído o modelo “bananeiro” centro-americano que tem o controle integral das empresas transnacionais.

participação do Estado, mas possuem um sistema de comercialização bem sucedido, com o estabelecimento de marcas reconhecidas internacionalmente, baseadas na padronização da qualidade, diferenciação dos produtos e serviços aos compradores, principalmente aos grandes varejistas (Faveret Filho *et al.*, 1999).

No Brasil, merece destaque o modelo adotado pela Valexport no pólo Petrolina-Juazeiro, inspirado e adaptado a partir dos sistemas exportadores utilizados na África do Sul e Nova Zelândia, o *Marketing Board*. No entanto, o que singulariza o modelo da Valexport é a sua característica de sistema privado, sem as amarras do controle estatal, onde prevalece o espírito cooperativo entre os produtores e empresas associadas. Assim, a particularidade do complexo de frutas pólo Petrolina-Juazeiro é que este se integra ao mercado externo, através de empresas nacionais que controlam a produção e atuam de forma cooperativa nas atividades de exportação e nas suas relações com os grupos que comandam o segmento da distribuição no mercado internacional.

O que importa destacar é que os mecanismos institucionais de coordenação situam-se, principalmente, na esfera da distribuição. É a partir dela que é exercido o poder de regulação ao longo da cadeia produtiva de frutas. Onde se conformam esses complexos, a produção primária é apenas uma parte subordinada de um conjunto de elos da cadeia, comandado pela cadeia de distribuição.

Finalmente, cabe assinalar que no curso das últimas décadas, os complexos mundiais de suprimento de frutas frescas passaram por um intenso processo de transnacionalização e por grande concentração das atividades de exportação e dos serviços de distribuição. O Chile é um dos países onde se apresenta com mais nitidez a manifestação desse processo, de forma que maior volume dos negócios com frutas frescas comandado pelas empresas exportadoras está, cada vez mais, sob o controle de poucas e grandes empresas transnacionais.

Transformações recentes no sistema de suprimento de frutas frescas

Atualmente, a grande tendência no mercado de frutas e legumes frescos é o crescimento de um varejo muito concentrado, que passa a exercer uma forte influência no consumo e nos mercados de consumo. O varejo dos produtos frescos de alta qualidade está, crescentemente, ficando sob o controle dos supermercados. No Reino Unido, seis grandes cadeias de supermercados vendem, sozinhas, mais 70% das frutas e legumes frescos do país, quando há 30 anos atrás, esses produtos eram canalizados em mercados atacadistas e, depois, vendidos por um setor de varejo fragmentado e de pequena escala (Humphrey, 1999).

Essa mesma tendência já se manifesta no Brasil. De acordo com Belik & Chaim (1999), cada vez mais os produtos frescos, em especial os hortifrutigranjeiros, ocupam mais espaço na comercialização dos supermercados. Segundo esses autores, uma loja de tamanho médio utiliza 10,5% da sua área para esses produtos, que contribuem com 7,5% do seu faturamento e 7,9% da sua margem bruta.

Até os anos 80, no mercado interno, foram os sistemas de Centrais de Abastecimento, as principais estruturas de recepção da produção de hortifrutigranjeiros dos agricultores e de comercialização, no atacado, junto aos supermercados, feirantes e outros estabelecimentos que vendiam diretamente aos consumidores, enquanto a feira livre era a principal estrutura utilizada para a distribuição deste tipo de alimento no varejo.

Entretanto, os sistemas tradicionais de abastecimento têm sofrido grandes reveses em função da crescente atuação e do poder de mercado das grandes organizações que realizam a distribuição de alimentos, especialmente, as grandes redes de supermercados e, também, outras estruturas que passam a margem do varejo, como os restaurantes industriais e de *fast-food*, mas que, junto àqueles, constituem o principal elo de ligação entre produtores, processadores e compradores finais.

A tendência atual no suprimento de frutas, legumes e verduras dessas empresas, é a predominância das Centrais de Compras (CCs) e das Centrais de Distribuição (CDs) nas negociações relativas aos preços e na função logística, respectivamente, em detrimento dos sistemas tradicionais de abastecimento que eram feitos, principalmente, pelas Centrais de Abastecimento (Belik & Chaim, 1999).

Do ponto de vista da Grande Distribuição, a instituição do sistema de Centrais de Compras e de Centrais de Distribuição tem permitido reduzir drasticamente os custos de distribuição e estocagem além de proporcionar aos seus clientes um produto diferenciado e em melhores condições de consumo. Do ponto de vista do produtor a coordenação imposta pela Grande Distribuição leva a necessidade de maior produtividade, regularidade e pontualidade na entrega, o que faz com que os produtores menos capacitados acabem saindo desse mercado. (Belik, 1999)

No Brasil, esse sistema, embora ainda seja incipiente, já está sendo utilizado pelas maiores redes de supermercados. A partir das Centrais de Compras elas contornam os mercados de atacado tradicionais e estabelecem contratos diretos com os produtores. Normalmente, compram diretamente dos grandes produtores rurais, que cultivam,

embalam e entregam os produtos de acordo com as especificações do comprador.⁴ Os supermercados também passam a determinar o que, quanto e quando o agricultor deve plantar, fornece as orientações técnicas para o manuseio das embalagens e supervisionam as propriedades para acompanhar as recomendações e a execução dos contratos.

Várias outras mudanças que decorrem da evolução dessa forma de atuação do segmento varejista, refletem-se em outros agentes da cadeia produtiva, em particular, sobre o consumidor. Para Marsden (1997), uma das principais áreas de atuação desse segmento varejista nos anos 90, quando comparado com os anos 80, não tem sido apenas a logística ou tecnologia pesada, mas o desenvolvimento de “tecnologias sociais”, construindo noções do que é alimento de boa qualidade e liderando a inovação em escolhas. Isso se manifesta diversificando os produtos e especificando as opções na combinação de receitas, por exemplo, ou mesmo indicando as funções benéficas que eles representam para a saúde dos consumidores. Nesse cenário, os alimentos frescos ocupam uma posição de destaque na gôndola dos supermercados, para novas formas de consumo que passam a ser construídas.

Outras formas de atuação do segmento varejista são utilizadas como estratégia competitiva no mercado, como aquelas que fazem uso dos direitos dos consumidores como estratégia de marketing apresentando-se, como “defensores do consumidor”. Assim, em nome deste, o segmento varejista consegue impor uma série de condicionamentos que se refletem nos demais segmentos da cadeia produtiva. Mesmo não controlando diretamente o setor produtivo e grande parte da logística de distribuição, o segmento varejista regula, à distância, toda cadeia de fornecimento do produto – “do produtor ao consumidor” – e exerce uma influência significativa sobre a demanda e as escolhas dos consumidores. Ao contrário da idéia que deixa transparecer, onde o consumidor aparece definindo os gostos e as preferências, na realidade são esses consumidores que são atraídos pelos novos produtos e novos apelos para o consumo criados pelos representantes do segmento do varejo. Tudo isso significa, nos termos de Marsden (1997), uma *re-regulação* do consumo nas mãos dos varejistas e daqueles que suprem esse segmento.

As mudanças e suas implicações na região frutícola do pólo Petrolina-Juazeiro

Na segunda metade dos anos 80, a fruticultura expandiu-se rapidamente, no pólo Petrolina-Juazeiro firmando essa região como importante pólo de produção de frutas no cenário nacional, voltado inicialmente, para o mercado externo. Configura-se, na região, a emergência de um novo complexo de produção e exportação de frutas frescas, inseridas nas estruturas internacionais de suprimento de alimentos de alta qualidade.

A fruticultura se tornou quase uma especialização no pólo Petrolina-Juazeiro, contribuindo para mudanças na estrutura econômica local e criando uma nova organização territorial da produção. Dos 75 mil hectares irrigados cultivados na área de influência do Pólo, segundo dados da Codevasf (1999), no ano de 1999, mais de 32 mil hectares estavam ocupados com fruticultura, onde se destacavam as culturas de manga, uva, banana, coco, goiaba, maracujá e acerola.

As culturas de uva e manga, frutas que compõem a pauta de exportação do pólo, tiveram um grande incremento em suas áreas. Em 1999, de acordo com os dados da Codevasf (1999) a área implantada com uva representava 3,7 mil hectares, enquanto a área de manga atingia 12,4 mil hectares. Segundo dados da Valexport (1996) e Valexport (1999), entre 1991 e 1998, o volume de produção de uva passou de 32 mil para 110 mil toneladas anuais, enquanto a produção da manga evoluiu de 8,8 mil para 98 mil toneladas anuais. Enquanto isso, o volume exportado da uva que era 1,05 mil toneladas em 1991, atingiu o seu auge no ano de 1993, com 12,5 mil toneladas, seguindo uma tendência declinante a partir de então, para ficar em 4,5 toneladas no ano de 1998. A manga, por sua vez, teve uma trajetória sempre ascendente no volume exportado, passando de 3,0 mil toneladas em 1991 para 39 mil toneladas em 1998.

Em torno dessa atividade instalou-se uma iniciativa privada, que foi capaz de estruturar uma organização empresarial, baseada em cooperativas, associações de produtores e alianças com setores da distribuição e com o Estado. Aqui vale destacar o papel exercido pela Valexport como organização e *locus* da representação dos interesses empresariais, a quem se atribui o desempenho recente da fruticultura de exportação na região, por sua capacidade de articular-se com o Estado, participar e manter uma rede de relações com instituições dos setores públicos e privados, ocupando espaços estratégicos nos campos político e negociais. Criada em 1988 em torno de um pequeno número de empresários, essa associação, em nome dos interesses dos produtores e exportadores de frutas da região, tem desenvolvido ações no que diz respeito às gestões político-institucionais e na área técnica, e assumido perante os poderes públicos constituídos um papel importante de coordenação e organização dos interesses locais do setor.

⁴ A esse respeito, a reportagem “Redes escalonam seleção de agricultores” do jornal “Folha de São Paulo” em 19/01/99 é bastante ilustrativa. Segundo essa reportagem, todas as verduras e os legumes vendidos nas 59 lojas da rede de supermercado *Carrefour* no Brasil são comprados diretamente dos produtores, assim como 90% das frutas.

Essa organização tem propiciado ganhos em escala para os vários componentes do custo final da produção, atuando com uma logística de apoio comercial, contribuindo para a circulação das informações técnicas e de mercado e, também, exercendo o papel de controle da qualidade, visando o desenvolvimento de uma marca para as frutas da região. Dessa forma, ela passa a exercer um poder de regulação sobre a atividade, além de ser credenciada como interlocutor privilegiado junto ao Estado, capaz de influenciar, inclusive, nas definições das políticas públicas voltadas para o setor. Entretanto, não se pode perder de vista que essa forma de organização é seletiva pois, à medida que os conflitos surgem e são internalizados dentro do complexo frutícola, ela tem o poder de arbitrar entre os que podem participar ou os que devem ser excluídos. O acesso ao mercado externo, por exemplo, ainda é restrito a um pequeno número de produtores e empresários que estão diretamente vinculados a Valeexport.

Paralelamente ao esforço exportador das grandes empresas produtoras de frutas comandadas pela Valeexport, surgem as iniciativas isoladas de pequenos e médios produtores e esboçam-se novas formas de organizações, que perseguem uma inserção no mercado, nos espaços deixados pelos grandes produtores e exportadores, principalmente no mercado interno. Constatam-se o aparecimento de novas formas de manifestação e de articulação da representação dos interesses dos produtores com outras instâncias de influências políticas e de governos sub-nacionais. Uma dessas iniciativas surge do lado do estado da Bahia, no âmbito do Projeto-Piloto da Câmara Estadual de Fruticultura, com a criação da Cooperativa dos Produtores de Manga e Derivados do Estado da Bahia (Comamba), que pretende congrega 300 pequenos e médios produtores de manga.

Aqui é preciso considerar o papel que desempenha o mercado interno, inclusive, na função complementar que ele tem com o mercado externo, determinando a economia de escala que a atividade exportadora exige. O tamanho do mercado interno exerce um papel fundamental, principalmente, em países de grande extensão territorial e populacional, como o Brasil, onde ainda há um grande espaço para os produtos locais, que pode ser explorado pelos agentes tradicionais da produção e da distribuição dos produtos frutícolas.

Nesse caso, trata-se de um conjunto heterogêneo de agentes com diferentes objetivos e estratégias de inserção no mercado, que procura responder à evolução da sofisticação de consumo com produtos condizentes com as qualidades exigidas pelos diversos mercados. As diferentes estratégias adotadas por esses agentes dão origem às mais diversas formas de estruturas organizacionais e arranjos institucionais. Disso decorre formas diretas de relacionamento entre os agentes da produção e da distribuição, quase sempre, sob a coordenação destes últimos. Conforme Belik (1999), as relações contratuais que se estabelecem entre esses agentes originam diferentes formas de coordenação das diversas atividades dentro da cadeia produtiva, que trafegam entre a integração total e a simples troca através do mercado, constituindo assim, formas híbridas de coordenação.

Mas, as estratégias de atuação da grande distribuição varejista já aparecem nitidamente no pólo Petrolina-Juazeiro com a presença de grupos internacionais, como o Carrefour e Royal Ahold, que se lançaram na produção de frutas e continuam ampliando seus investimentos na região, inclusive, na esfera da distribuição de frutas. É o caso da rede de supermercado Bompreço, recém adquirida pelo grupo holandês Royal Ahold, que além dos investimentos no setor da produção de frutas, acaba de inaugurar a Central de Compras de Hortifrutigranjeiros do Vale – Cehort.⁵ Conforme Zylbersztain (1999), faz parte da estratégia dos supermercados vinculados aos grupos estrangeiros a penetração no mercado dos chamados FLV, isto é, frutas, legumes e verduras, que são grandes chamarizes de consumidores. Ao que parece, trata-se do avanço das empresas estrangeiras da grande distribuição de alimentos nas estruturas de coordenação do suprimento de frutas frescas, através das grandes redes de supermercados (Carrefour e Bompreço), visando o abastecimento de suas lojas nos mercados interno e externo.

Considerações finais

No curso das últimas décadas o sistema agroalimentar mundial tem passado por transformações, cuja marca principal tem sido a conformação de complexos internacionais de suprimento de alimentos frescos que cobrem todas as etapas da cadeia produtiva – da produção ao consumo. Vale ressaltar que são os grandes distribuidores que passam a representar, atualmente, as principais formas de manifestação e expansão do complexo internacional de suprimento de alimentos frescos.

No Brasil, o processo de abertura comercial e a desnacionalização da economia, desencadeados no fim da década de 90, criaram um ambiente favorável à instalação de empresas transnacionais nas cadeias de suprimento agroalimentar, que se manifesta no pólo Petrolina-Juazeiro, pela presença das grandes redes de supermercados, investindo nas esferas da produção e, em particular, da comercialização de frutas frescas, através da instalação de Centrais de Compras.

Diferentemente do movimento de transnacionalização observado nos países em desenvolvimento que orientam a produção de frutas frescas para o mercado externo, onde esse processo passa pela coordenação e controle das empresas

⁵ A respeito ver reportagem do “Jornal do Commercio”, “Cehort inicia atividade no Vale”, no dia 21/03/1999.

exportadoras, o que se verifica no pólo Petrolina-Juazeiro é um movimento de sentido diferente. Aqui, se manifesta uma tendência para as empresas estrangeiras da grande distribuição de alimentos, através das grandes redes de supermercados, assumirem a coordenação do suprimento das frutas frescas orientado, principalmente, para o mercado interno.

A conseqüência dessa mudança ainda não pode ser sentida mas, certamente, implicará na redução do papel operacional da rede de intermediários e atacadistas, com a quebra de vários elos da cadeia de comercialização de frutas na região, com rebatimento direto sobre os agentes produtivos envolvidos na fruticultura local. Trata-se de um estreitamento dos canais de comercialização em que os agentes intermediários de comercialização deverão perder espaço para essas grandes redes do varejo. Tudo indica, que essas estruturas passarão a assumir um papel, cada vez mais, relevante na coordenação da cadeia produtiva de frutas da região, em detrimento dos arranjos tradicionais de coordenação. As relações contratuais que começam a ser estabelecidas entre esses novos agentes da grande distribuição varejista e os produtores, dão origem a uma nova forma de manifestação do “sistema de integração” no mercado de frutas frescas, seguindo um novo paradigma calcado em formas flexíveis de abastecimento, regido pelas estratégias de coordenação dos grandes distribuidores. No momento, essas relações contratuais estão sendo estabelecidas, principalmente, com os grandes produtores e empresas produtoras de frutas.

Enfim, a configuração desse quadro constitui uma ameaça ao poder de auto-regulação de caráter local, pois conforme Belik (1998), a presença das transnacionais poderá implicar em um desarranjo da atual forma de governança setorial, pela sobreposição de dispositivos institucionais regulatórios globais, cujas conseqüências para os agentes sociais locais não podem ainda ser previstas. Algumas evidências parecem demonstrar uma reação das organizações dos interesses privados local a esses movimentos recentes que pairam sobre a atividade frutícola regional. As novas formas de manifestação e de articulação da representação dos interesses dos produtores procuram ampliar, cada vez mais, seus raios de atuação e incluir a participação de outros atores e segmentos sociais, buscando uma legitimação política e social e o reconhecimento de “*status público*”.

Ao que tudo indica, essa é a estratégia adotada atualmente pela principal entidade de representação dos fruticultores da região - a Valexport. Para enfrentar as investidas das grandes transnacionais, ela procura recompor o arranjo de governança setorial com a inclusão de outros grupos ou atores sociais, como no caso do Grupo da Manga do Vale - GMV, organizado pela Valexport em 1997, que tinha 62% do seu quadro inicial formado por pequenos produtores, e do recém criado Grupo do Coco do Vale - GCV. Por outro lado, se vale do apoio dos níveis de governo subnacionais para concretização de projetos estruturadores para o complexo frutícola local, como por exemplo, a ampliação do aeroporto local e a instalação do Sistema Integrados de Comercialização do Vale do São Francisco - Sicvale, que vem operando com leilões eletrônicos.

Bibliografia

- BELIK, W. Estado, grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural (Brasília)*, v.36, n.1, p.9-33, 1998.
- BELIK, W. *Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Campinas, 1999. 143p. Tese (Livre Docência) - Instituto de Economia, Unicamp.
- BELIK, W.; CHAIM, N. Formas híbridas de coordenação na distribuição de frutas, verduras e legumes no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz de Iguaçu. *Anais ... Foz de Iguaçu*: SOBER, 1999. CD-ROM.
- BONNANO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.) *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p.47-94.
- BONNANO, A.; MARSDEN, T. K.; GRAZIANO DA SILVA, J. Globalização e localidade: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.) *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p.341-366.
- CEHORT inicia atividade no vale. *Jornal do Commercio*, Recife, 21 março 1998. Caderno Economia.
- CODEVASF. Cadastro Frutícola 1999 do Vale do São Francisco. Brasília, DF: Pailazul Multimídia, 1999. CD-ROM.
- FAVERET FILHO, P.; ORMOND, J. G. P.; PAULA, S. R. L. de. Fruticultura brasileira: a busca de um modelo exportador. *BNDES Setorial (Rio de Janeiro)*, n.9, p.191-226, 1999.

-
- FRIEDLAND, W.H. The global fresh fruit and vegetable system: an industrial organization analysis. In: McMICHAEL, P. (ed.) *The global restructuring of agro-food systems*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1994. p.173-189.
- GÓMEZ, S. Exportación de frutas chilenas: reflexiones sociológicas sobre una experiencia (¿madura?). In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.) *Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999. p.171-220.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M. A.; VILELA, S. de O. (Org.) *Globalização e sustentabilidade da agricultura*. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1998. p.29-38. (EMBRAPA-CNPMA. Documentos).
- HUMPHREY, J. A globalização e os legumes africanos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jan. 1999. Dinheiro, p.2, c.2.
- MARSDEN, T. Fatores ecológicos e processos de desenvolvimento. In: SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: mudanças sociais e econômicas em regiões de fruticultura para irrigação, 1997, Petrolina, PE. *Palestra...* Recife: UFPE, 1997. parte 2.
- REDES escalonam seleção de agricultores. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 jan. 1999. Agrofolha, p.1, c.5.
- VALEXPORT. Fruticultura: uma abordagem construtiva. Petrolina, PE: Valexport, 1996.
- VALEXPORT. Valexport e a fruticultura no Vale do Sub-médio São Francisco. Petrolina, PE: Valexport, 1999. 7p.
- ZYLBERSTAIN, D. O desafio é global. *Panorama Rural (São Paulo)*, v.1, n.2, p.6-10, 1999.